

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 152 /MDN/2000

1. Cópia D/646, DNE
 2. De Mda S. C. Ch. D/
 In Contas em O
 Euro/Estimativa, de 2000

ASSUNTO: Nova redacção do Artigo 9º do Decreto-Lei nº 236/99, de 25 Junho

O Mda S. C. Ch. D/
 In l) 29/06/00

A Lei n.º 25/2000, de 23 Agosto, para além de outros efeitos, dá nova redacção ao Artigo
 em epígrafe.

Esta alteração tem repercussões no cálculo do eventual complemento de pensão a abonar
 aos reformados com idade inferior a 70 anos, cujo encargo deverá ser financiado pelo
 orçamento do Ministério da Defesa Nacional.

Dado que urge esclarecer, em toda a sua extensão, as implicações de tais alterações e
 sobretudo coordenar as acções e as interpretações correspondentes nos diferentes Ramos
 das Forças Armadas, determino que:

- Os pagamentos de pensões decorrentes da aplicação do regime instituído pela Lei n.º 25/2000, só podem ser efectivados após autorização expressa do Ministro da Defesa Nacional a proferir em documento quer lhe seja apresentado pelo Chefe de Estado-Maior do Ramo processador dos complementos de pensão de reforma;
- A Secretaria-Geral deve apresentar-me, no prazo de 5 dias úteis, a composição dum grupo de trabalho para efeito do levantamento das implicações e encargos decorrentes do diploma em causa, a constituir por elementos do EMGFA, Ramos, Secretaria-Geral e Direcção-Geral de Pessoal.

Lisboa, 28 de Agosto de 2000

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

JÚLIO CASTRO CALDAS

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
 Direcção-Geral de Pessoal
 31 AGO 2000
 3h2h

EXÉRCITO PORTUGUÊS
 GAB / CEME - SECRETARIA
 Entrada Nº 17123
 Processo Nº 03/2.66/35/9
 Data 30.8.102
 ND DL